

62 MPS

## NA PAUTA DE VOTAÇÃO

### Período extraordinário

O Senado e a Câmara dos Deputados terão uma semana agitada. Amanhã, o PMDB escolhe entre os senadores José Sarney (AP), Iris Rezende (GO) e Pedro Simon (RS) o candidato do partido à presidência do Senado e do Congresso. Na quarta-feira, dia 1º, ocorrerá a posse dos 54 novos senadores e dos 513 deputados. No dia seguinte, Senado e Câmara elegem suas Mesas diretoras que, ao tomarem posse, vão anunciar que todos estão convocados extraordinariamente até o dia 14. No dia 15 tem início o ano legislativo, com trabalhos normais.

A convocação extra do Senado e do Congresso ocorrerá por obrigação constitucional. Nada menos do que 62 Medidas Provisórias estão encalhadas no Congresso desde junho, entre elas a que criou o Plano Real e a nova moeda. A Constituição determina que, editada a Medida Provisória, o Congresso é automaticamente convocado, dentro de no máximo cinco dias, para apreciá-las. A reedição das MPs já é suficiente para que o Congresso permaneça sempre convocado, até que as aprove ou as rejeite.

Entre as Medidas Provisórias que ainda não foram votadas está a 851 que criou o Plano Real. Já foi reeditada sete vezes. A primeira edição ocorreu em 30 de junho de 1994. Também a MP 817, que cria regras para o reajuste das mensalidades escolares, não foi apreciada pelo Congresso. Foi reeditada pela sétima vez no dia 5 de janeiro.

---

## Ajuda cortada

### DESPESA COM MUDANÇA

---

Outra medida importante terá sua sexta reedição em fevereiro: a 838, que trata da reestruturação da Receita Federal. A MP 899, que criou as Notas do Tesouro Nacional para uso no Programa Nacional de Desestatização, terá sua décima reedição. Mas a campeã de reedições é a MP 833, que institui as atribuições da Advocacia Geral da União: no próximo dia 19 sua primeira edição completará dois anos.

Para a convocação extraordinária, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), em comum acordo com o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), seu virtual sucessor no posto, decidiu cortar as duas ajudas de custo que os novos parlamentares teriam direito pela convocação fora do período normal dos trabalhos legislativos. Cada uma das ajudas corresponde ao salário integral de R\$ 8 mil.

Mesmo sem os R\$ 16 mil de ajuda de custo, os novos deputados e senadores vão receber R\$ 16 mil em fevereiro. Deste valor, R\$ 8 mil correspondem ao salário do mês e R\$ 8 mil a ajuda de custo para que eles possam cobrir as despesas com as mudanças para Brasília.

No final do ano os deputados vão receber R\$ 24 mil: salário de dezembro, décimo terceiro salário e mais um décimo quarto, correspondente à ajuda de custo pelo deslocamento que farão a seus Estados. Ao todo, senadores e deputados receberão quinze salários a cada ano.

---